



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TRABALHO

Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda
Avenida São João, 473, 4º e 5º andares - Bairro Centro - São
Paulo/SP - CEP 01035-000 Telefone: (11) 3224-6000

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e
Renda do Município de São Paulo – CONTER/SP

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente o Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda – CONTER

PARTICIPANTES:

Coordenador de Operações da Secretaria Estadual de Desenvolvimento
Econômico da Prefeitura de São Paulo

João Rafael Calvo da Silva

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo da Prefeitura de
São Paulo – SMDET

Aline Cardoso Armando de Almeida Priscila rodrigues
Gleuda Simone Teixeira Apolinário Júlia Motta

Associação Comercial de São Paulo – ACSP

Marília de Castro

Secretaria Municipal da Fazenda – SF

Vivian Lie

Centro de Integração Empresa – Escola - CIEE

Fabio de Souza Novaes Gaeta

Secretaria de Governo Municipal – SGM

Ariane Maris Gomes Lacerda

Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE

Dr. Mário Ernesto Humberg

DELIBERAÇÕES:

1) A Presidente do CONTER iniciou a reunião fazendo os cumprimentos a todos os conselheiros presentes e indagou que as reuniões foram bem-sucedidas em Brasília, seguida de seu retorno, houve a troca de ministro do trabalho. A mesma ainda disse que é um momento de nova fase da relação com o Governo Federal, que institucionalmente é importante para fortalecer as políticas públicas. O segundo ponto para conhecimento dos conselheiros é o tema aprovado pelo conselho, a liderança do processo de construção Fórum Nacional de Secretário Municipais do Trabalho. Na última reunião, realizada quinze dias antes, havia aproximadamente vinte Secretarias Municipais de Trabalho do Brasil inteiro, o SINE possui trinta e cinco, como entes parceiros, e naquele dia especificamente haveria uma reunião com o intuito de criação do FONSEMT, que inclusive, pela legislação do novo SINE, teria acento no CODEFAT. O Brasil todo estaria empolgado com tal acontecimento. Ela parabenizou o estado de São Paulo pela iniciativa, visto que foi aprovado em grupo dos conselheiros e já havia evoluído. Disse acreditar que, na reunião a seguir, já iniciariam o estatuto e identificariam opções para presidência, afirmando que existia o interesse de São Paulo em capitanear aquele processo, uma vez que sendo o maior parceiro da rede SINE, poderia possuir voz nacional das políticas públicas. A Presidenta explicou que o motivo da convocação de uma reunião extraordinária era a necessidade do Conselho aprovar formalmente, com publicação no Diário Oficial, o plano de ação para essas políticas públicas de apoio nacional. Ressaltou a existência de uma carência nacional devido a falta de informação, mas a ida à Brasília, tornou possível levantar conhecimentos para apresentação de propostas em busca de recursos para o fundo municipal trabalho, emprego e renda, nos três blocos, com a aprovação dos conselheiros.

2) A Diretora de Mercado de Trabalho disse que na apresentação a ser feita, estariam presentes os blocos que fazem parte do sistema SINE para financiamento do recurso do FAT. O primeiro é o bloco de Gestão, que significa apenas a parte administrativa operacional do funcionamento do SINE. Portanto para primeira parte do bloco para o plano de ação, estava se sugerindo o fortalecimento da gestão, que hoje em São Paulo chama-se CATE (Unidade de trabalho Centro de Apoio ao Trabalhador e Empreendedorismo) e dentro das unidades existe o portal cate onde é feito do trabalho de atendimento remoto ao munícipe que está a procura qualificação profissional, vaga de emprego, habilitar seu currículo. Nesta parte da gestão do SINE, foi colocada a necessidade de aprimorar o portal, que já tem uma parcela do recurso do tesouro municipal e recurso da gestão do Recurso Federal via fundo. E a outra parte deste recurso que é pretendido receber, de um milhão e cem, será para usar em atividades mês, que seria locação de dois imóveis utilizados, CATE central, na Avenida Rio Branco e o outro localizado na Avenida Interlagos. E a terceira parte do recurso seria locação de veículos para unidades móveis do Cate, que se dirigem até as localidades fazendo a dinâmica de intermediação de mão de obra de empregabilidade e orientação ao trabalhador. A contrapartida é de dois por cento.

3) A Secretária Executiva agradeceu as colocações e passou a palavra para a Presidente da Fundação Paulista apresentar o segundo bloco.

4) A Presidente da Fundação Paulista Maria disse que dentro do bloco de Qualificação Profissional a intenção é usar o recurso para qualificações na área de tecnologias da informação, que é área de alta demanda na cidade de São Paulo e do Brasil todo no pós-pandemia. A meta era de mil e quinhentos trabalhadores com essa qualificação profissional. A contrapartida para o recurso é de quarenta por cento, pois irá complementar outras qualificações que também serão realizadas.

5) A Secretária Executiva agradeceu as falas e pediu para a Coordenadora de Desenvolvimento Econômico fazer a apresentação do terceiro bloco, que é de Fomento a geração de emprego e renda.

6) A Coordenadora de Desenvolvimento Econômico explicou que nesta etapa o destaque era o cooperativismo, formalização de empreendedores. Uma parte da meta seria de formalizar mil novos empreendedores através do Cate, sendo destes, 750 ambulantes e 200 cooperados ou pré cooperados para incentivar a formação de grupos de interesse para cinco novas cooperativas e fortalecer cinco já existentes. Então, a intenção seria fortalecer o Programa SP Coopera da cidade de São Paulo. O repasse é de 1,2 e a contrapartida é de dois por cento.

7) A seguir, a Presidente do CONTER pediu para explicar aos conselheiros sobre o último slide. Citou que houve certa dificuldade para entender melhor sobre os três blocos, a comunicação entre eles seria falha, mas a equipe reformulou a proposta para poder apresentá-la. Ressaltou, também, que como a cidade de São Paulo possui uma política pública já estruturada, foi relativamente fácil capturar uma parte do que já era realizado, ou se pretendia realizar, e adaptar para a realização da parceria. Por exemplo, o cooperativismo já existia numa política na cidade, então foi apresentado uma parte dela para Brasília. Assim como os SINE's e qualificação profissional. No mais, em tecnologia, por exemplo, já realizam políticas públicas a um certo tempo, e ao final do ano de 2021, foi pedido um recurso suplementar para a prefeitura de um milhão e setecentos mil, mas nada foi recebido. Conquanto, no momento em questão, foi solicitado o recurso para o Governo Federal, então existe muita estratégia até que fosse alcançada a soma dos três blocos, no valor de três milhões e setecentos, que viriam para o Fundo Municipal de Trabalho, Emprego e Renda. Acrescentou que embora seja um valor relativamente baixo, tendo em vista as necessidades de São Paulo, estava feliz com este número, pois em Dezembro de 2021 acreditava-se que a cidade iria receber apenas setecentos mil reais. Então, para tal valor fosse recebido, seria necessário a aprovação dos conselheiros e, após isso, apresentaria alguns outros dados, para entenderem o quanto isso representa no todo dos trabalhos realizados. Por fim, informa que seria importante abrir a discussão de aprovação dos conselheiros.

8) A Secretária Executiva concordou com a secretaria e ressaltou a aprovação.

9) A Diretora de Mercado de Trabalho, pediu para fazer uma complementação das informações oferecidas. Relatou que é importante afirmar que a proposta apresentada, teria que ser formalizada na plataforma Brasil Mais, e dentro da reunião ordinária do dia 9 de maio, seria detalhado o plano de ação já com as portarias que regulamentam essa parte financeira que o Governo Federal irá disponibilizar e o valor exato da contrapartida. Já está sendo feito o cadastro na plataforma, o governo federal também está registrando esses três blocos como programas.

10) A seguir, o representante da FECOMERCIO propôs aos demais conselheiros que aprovassem o projeto, já que o detalhamento, as discussões e aspectos pontuais seriam tratados na reunião do dia nove de maio. A aprovação naquela data, daria início ao processo.

11) Ariane Marins Gomes Lacerda, representante da SGM – Secretaria Municipal de Governo, concordou com a aprovação, perguntando se existia alguma perspectiva da frequência do repasse.

12) A Presidente explicou que não era possível informar quando iriam abrir as chamadas, quanto dinheiro iria vir ou a reincidência desses recursos, o que gerava uma insegurança para a política pública, visto isso reafirmava São Paulo em uma condição privilegiada. Respondeu também que o cooperativismo não é só para catadores, mas também incorporava cooperativas de culinária, costura, artesanatos e outro temas. Mesmo na ausência do envio de recursos por Brasília, essa política pública aconteceria. Encerrou o assunto desculpando-se por não ter informações completas sobre tal questão. Após isso, a Presidente iniciou a apresentação dos trabalhos realizados para a construção do Fórum Nacional de Secretários. Tal apresentação foi feita para os secretários do Brasil inteiro, lembrando o histórico das políticas de apoio ao trabalho, emprego e renda, assim como o SINE, FAT, novas regras e modo de funcionamento. Assim, a questão dos blocos foi compartilhada com eles e São Paulo acabou tendo o papel de levantar informações e orientações para o Brasil inteiro. Em 2021 a resolução do CODEFAT citou que para a divisão dos recursos haveria um cálculo de repasse baseado em um índice, que seria calculado para realizarem a repartição. Porém, na prática, não existia uma resolução publicada a cerca da metodologia, tornando impossível citar a regra. Explicou ainda como funciona o repasse do Fundo de Amparo ao Trabalhador, naquele período, em mais de oitenta bilhões de reais e o valor que chegava até o SINE era de 0,03%. Os Fóruns necessitam realizar certa “pressão” política para aumentar o recurso e isso também de reverte em um acerto do para o município no CODEAT. Terminou dizendo que a apresentação foi para os conselheiros terem a visibilidade de como o trabalho da equipe foi bem estruturado, além dos municípios que participaram terem agradecido e elogiado, na perante data pretendia-se fazer uma formalização do ato. Aproveitando a data de 1º de Maio, ocorreria a tentativa de emplacar alguns artigos sobre a estrutura e coerência da política de apoio ao trabalhador. Por fim, indagou

que que naquela semana do trabalho estava sendo feito um mutirão de emprego, que em poucos dias teve mais de vinte mil inscritos e teria em torno de mil vagas abertas.

13) Em complemento, a Secretária Executiva acrescentou que seriam 16 Cates atendendo nesse mutirão, sem contar as unidades móveis que estarão percorrendo a cidade.

14) A seguir, a Diretora de Mercado de Trabalho disse que seriam quase 100 empresas oferecendo vagas. Esse evento traria perspectiva tanto para os trabalhadores, que recorrem e acreditam no Cate, quanto para as empresas que depositaram a confiança nos Cates em realizar esse processo de triagem de interessados nas vagas oferecidas.

15) Em seguida, aberta a palavra por parte da presidenta, Marília (cargo) questiona que, conforme reunião feita anteriormente, citaram o preenchimento de 35% das mil vagas existentes. Disso, a preocupação seria haver tantas vagas, assim como muitos interessados, mas o processo não culminar em empregabilidade. Então, disse que seria necessário saber onde deveria ser realizada a capacitação, assim como o emprego dos valores que chegam do governo federal, estadual e municipal. Terminou solicitando o acompanhamento dessas mil vagas, a fim de identificar quantas seriam preenchidas ou não, para saber as necessidades do mercado.

16) Em resposta, a Presidente citou que aquele era um desafio para todos os envolvidos, já que dentro público atendido, existe um número grande de pessoas sem o mínimo de capacitação. Outra preocupação era que havia sido aberto o Bolsa Jovem, com 50 mil vagas para os jovens de 16 a 20 anos continuarem estudando e fazerem cursos de qualificação no portal, com a bolsa de 600,00 reais, entretanto as vagas preenchidas não chegaram a 3 mil, o que gerou frustração nos envolvidos no projeto, afinal o esforço foi grande e o recurso também. Tudo isso, levou a conclusão de que é um processo estrutural das cidades, da sociedade, o jovem estar desinteressado em iniciativas como aquela. A Presidente encerrou a fala solicitando ajuda dos conselheiros para resolver tal questão.

17) Marília de Castro colocou-se a disposição e Dr. Mário Ernesto Humberg, representante do Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE acrescentou que, devido a experiência como empresário, reforçava a dificuldade de qualificar aquele grupo via internet, seja por falta de acesso ou por não saberem usar computador. Logo, acredita que os passos essenciais para qualificá-los envolveriam o ensino de utilização da ferramenta e que esses jovens consigam acesso a um computador, entretanto, nas circunstâncias daquele momento, o ideal seria a instrução presencialmente.

18) A Presidente concordou, citando que em conversas com o prefeito, foi citado de que há necessidade de maior ponto de acesso presencial pela cidade e que, com certeza, a a ideia do conselheiro era de grande ajuda.

19) Por fim, a Secretária Executiva perguntou se mais algum conselheiro gostaria de acrescentar algo. Perante o silêncio, já aprovadas as formalidades necessárias, a Presidente concluiu a reunião.

Referência: Processo nº 6064.2023/0000173-2
SEI nº 078163793